

# Câmara e Senado em guerra

A bancada do PMDB na Câmara declarou guerra ao Senado e criou-se o impasse que está impedindo completar a votação em 1º turno da emenda da Constituinte e promover a votação em segundo e último turno. A emenda corre o risco de não ser aprovada, por falta de quórum. A causa é a decisão da maioria da bancada do PMDB na Câmara, de apoiar o destaque de um vice-líder do PDS, com o objetivo de evitar que senadores e deputados atuem normalmente durante o funcionamento da Assembléia Constituinte.

Pelo artigo 1º do substitutivo Giavarina à emenda Sarney, a Câmara e o Senado reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", no dia 1º de fevereiro de 1987. Sem que se saiba bem porque, o pedetista mineiro Bonifácio de Andrade apresentou destaque suprimindo do texto a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais".

Desde então, os senadores, eleitos em 1982, se declararam em estado de beligerância com o PMDB da Câmara — que se manifestou a favor da proposta de Andrade. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, e Pimenta da Veiga, líder do PMDB e do governo, logo apoiaram o destaque. "Pode abrir caminho à Constituinte autônoma" — disse Pimenta. Para Ulysses, a proposta poderia evitar o funcionamento, em 1987, de quatro câmaras legislativas — Senado Federal, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos) e Assembléia Nacional Constituinte. Poderia ser evitada, também, a eleição de três Mesas Diretoras em 87 — da Assembléia Constituinte, do Senado e da Câmara — o Congresso é dirigido pela Mesa do Senado.

"No fundo, o dr. Ulysses quer abrir caminho para a Mesa Diretora única, a da Constituinte. Ele quer ser o presidente da Constituinte e não quer que a Câmara e o Senado elejam seus próprios dirigentes. E quer, também, continuar como vice-presidente constitucional de Sarney" — desabafou o senador mineiro Itamar Franco (PMDB).

Ontem, à tarde, o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), comunicou ao líder do governo, senador Humberto Lucena, que a sua bancada "está solidária com o Senado". Tradução: o PDS também não aceita a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do futuro Congresso em Assembléia Constituinte.

A bancada do PFL no Senado também se declarou contra, mas sem radicalizar. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, e o líder do partido, senador Carlos Chiarelli, esclareceram que, mesmo não aprovando a supressão, a bancada não deixará de apoiar a emenda da Constituinte. "Não vamos prejudicar o principal pelo acessório" — disse Bornhausen.

Do alto da sua experiência de quase 40 anos de política, Ulysses Guimarães não quer falar em impasse. Acha a palavra muito forte em política e no dia-a-dia do Congresso. Ele acredita que no curso da discussão será possível encontrar uma fórmula conciliatória. Mesmo assim, o líder Pimenta da Veiga não dava sinais de otimismo. "Se o Senado não votar a emenda da Constituinte, não haverá convocação da Constituinte. Não haverá nada."



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Senadores recusam-se a votar enquanto a Câmara não voltar atrás no debate da Constituinte